

Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa nas Américas (MORENO, Nahuel. Colômbia, 1948)

A importância da interpretação de Novack

(...)

O marxismo latino-americano se educou sob a influência de um pseudomarxismo que havia se restringido às fontes dos historiadores liberais. Estes defendiam uma suposta colonização feudal por parte da Espanha e de Portugal, o que teria sido a origem do nosso atraso em relação aos Estados Unidos da América. Este falso esquema sobre o nosso passado colonial tem sido substituído, em alguns meios marxistas, por outro tão perigoso quanto o anterior: a colonização latino-americana teria sido diretamente capitalista. Gunder Frank é um dos mais importantes representantes desta nova corrente de interpretação marxista. Como bem cita Novack, este afirma categoricamente que *“o capitalismo começa a penetrar, a formar, a caracterizar por completo a América Latina e a sociedade chilena já no século 16”*.

Tenho sido um dos primeiros, senão o primeiro, que desde 1948 venho lutando nos meios marxistas latino-americanos contra a teoria da colonização feudal que, em seu momento, o stalinismo levantava como justificativa teórica para a sua política de fazer uma revolução “antifeudal” e constituir frentes populares com a burguesia “antifeudal” e “liberal”. Esta é a razão pela qual alguns teóricos da “colonização capitalista” me citam como um dos pioneiros da atual interpretação em voga. Nada mais equivocado. Sem usar a expressão de combinação de diferentes formas e baseando-se em Marx, que definiu a colonização escravista dos Estados Unidos como “capitalismo feudal”, minha interpretação tem sido essencialmente a de Novack, que, por sua vez, é a de Marx, embora sem citá-lo. Algumas citações vêm à mente para delimitar campos.

Na tese II do meu trabalho *Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa*, publicada repetidas vezes desde 1948 e impressa pela primeira vez em 1957 em *Estratégia*, digo categoricamente:

“A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para conseguir lucros prodigiosos e para colocar bens no mercado mundial. Não inauguraram um sistema de produção capitalista porque não havia na América um exército de trabalhadores livres no mercado. Assim, os colonizadores, para poder explorar capitalisticamente a América, se viram obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas; produção e descobrimentos por objetivos capitalistas; relações escravas ou semiescravas; formas e terminologias feudais (como o capitalismo do Mediterrâneo) são os três pilares em que se assentou o capitalismo na América”.

Para qualquer leitor minimamente responsável, minha colocação é precisa. A colonização tem objetivos capitalistas: obter lucros, porém se combinando com relações de produção não capitalistas. O mesmo disse Novack: aos “objetivos capitalistas” de minha análise, lhe põe um nome mais preciso, capitalismo mercantil, mas insiste no mesmo que minha tese, o caráter não capitalista das relações de produção. *“Que fizeram de fato Espanha e Portugal? Criaram formas econômicas no Novo Mundo que tinham um caráter combinado. Eles combinaram relações pré-capitalistas a relações de troca, subordinando-as, assim, às demandas e movimentos do capital mercantil”*.

Esta discussão teórica não é uma polêmica acadêmica sem relação com a política. As teses da revolução permanente não são simplesmente teses da revolução socialista, mas a combinação de duas revoluções: democrático-burguesa e socialista. A necessidade desta

combinação surge, inexoravelmente, das estruturas econômico-sociais de nossos países atrasados, que combinam diferentes segmentos, formas, relações de produção e de classe.

Todas estas razões fazem com que, uma vez mais, recomendemos a atenta leitura das respostas de Novack como uma contribuição importante a novas e velhas polêmicas sobre a colonização, como também à discussão do programa da revolução permanente no continente.

I.

(...)

O melhor exemplo do que vimos dizendo é a interpretação da história latino-americana e, em especial, da colonização espanhola e portuguesa da hispanoamérica. Há todo um mito dos historiadores liberais que atribuem o atraso da América Latina à colonização espanhola e portuguesa, e o progresso da América do Norte à colonização inglesa. Este mito é tomado por Mariátegui e também por Puiggrós, transformando o racial em categorias econômicas: colonização espanhola igual a feudal.

“A conquista do território americano e de seus habitantes, e a incorporação aos domínios da coroa espanhola, foi a obra de conquistadores feudais, dos que haviam lutado contra os mouros e que antes haviam engrossado os exércitos das Cruzadas. Toda empresa feudal europeia, seja no norte contra os eslavos, no leste contra os turcos, no oeste contra os saxões e os germânicos ou no sul contra os árabes tem sido levado adiante sob o signo da cruz de Cristo. A conquista da América pela Espanha é parte do processo geral de expansão do feudalismo e se verifica quando este já havia entrado em decadência. A Espanha voltou sobre a América os elementos do seu regime feudal decomposto. O poder da monarquia se fortaleceu ao entregar aos seus vassalos vastos territórios, vultuosas riquezas e milhares de seres humanos submetidos às rudezas e crueldades da servidão.” (Da colônia à revolução, Editorial Lautaro, 2ª ed., pág. 16) [1]

Puiggrós, há de se reconhecer, teve o mérito de compreender, pelo menos, que *“o descobrimento da América foi uma empresa levada a cabo por comerciantes e navegantes do Mar Mediterrâneo”*. Pena que, depois, considerou que *“o capital comercial havia cumprido a sua missão ao construir o ponto pelo qual o feudalismo espanhol se transportaria para a América”*.

Sobre a América do Norte, Puiggrós é categórico:

“A América saxônica foi colonizada um século mais tarde em condições diferentes. Os ingleses que chegaram no ‘Mayflower’, e que continuaram chegando entre 1620 e 1640, trouxeram ao Novo Mundo os germes do desenvolvimento capitalista oriundo de sua pátria originária. Em oposição a esta colonização do nordeste dos EUA, a imigração dos ‘cavaliers’, verificada depois da revolução burguesa de 1648 que derrubou os Stuart, estava integrada, diferentemente da primeira, por elementos feudais encabeçados por parte da nobreza deslocada do governo e expropriada de suas terras. Esta imigração se estabeleceu ao sul, na Virgínia, e implantou formas de produção e hábitos de vida que correspondiam à sua origem feudal. A exploração do trabalho de índios e negros, na forma servil e escravista, constituiu a sua base social. Enquanto a corrente migratória burguesa impulsionou a pequena propriedade rural e o desenvolvimento manufatureiro dos núcleos urbanos, a corrente migratória feudal se estabeleceu sob a grande propriedade e na economia doméstica. O triunfo da primeira eliminou os últimos redutos do feudalismo nos Estados Unidos da América.” (pp. 23 e 24) [2]

II.

A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para conseguir lucros prodigiosos e para colocar bens no mercado mundial. Não inauguraram um sistema de produção capitalista porque não havia, na América, um exército de trabalhadores livres no mercado. Assim, os colonizadores, para poderem explorar capitalisticamente a América, se viram obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas; produção e descobrimentos por objetivos capitalistas; relações escravas ou semiescravas; formas e terminologias feudais (como o capitalismo do Mediterrâneo); são os três pilares em que se assentou o capitalismo na América.

Puiggrós confunde, como tantos historiadores liberais, decadência do capitalismo mediterrânico com avanço do feudalismo. Não existe tal feudalismo espanhol que coloniza a América. Existe um extraordinário desenvolvimento do capitalismo mediterrânico que já começou sua decadência com o descobrimento da América. Seu descobrimento não fez mais do que acelerar ainda mais sua decadência e o desenvolvimento do novo capitalismo no norte da Europa ocidental, que já havia surgido e estava se movendo para o Mediterrâneo antes do descobrimento do nosso continente. O capitalismo do Mediterrâneo, impregnado de aristocratismos e formas feudais, tem um caráter comercial, usurário, local e internacional em oposição ao que havia surgido em porções mais ao norte do continente europeu, que o desenvolve de maneira manufatureira e nacional.

Se há um lugar da América cuja colonização é capitalista é o nordeste dos EUA. Justamente o contrário do que crê Puiggrós. Para esta região, foram ou se estabeleceram os europeus que queriam terras, clima e produção como os da Europa, mas não pensavam em realizar trocas comerciais com seus países de origem, já que abasteciam a si mesmos com seus produtos agrícolas. Por isso, foi uma colonização cujo objetivo era a terra para realizar uma pequena produção e para abastecer a si mesmo. Esta imigração deu origem a um pequeno campesinato que abastecia a si mesmo e que colocava no mercado o possível excedente que conseguia. Vista de um ângulo histórico, esta imigração continuava a magnífica tradição do período medieval europeu de colonizar novas terras com camponeses independentes. Porém, na América do Norte, houve uma diferença fundamental: o excesso de terras impediu o crescimento de uma classe latifundiária feudal, ainda que tenha havido tentativas de se tornar uma. Se gostássemos de paradoxos, poderíamos dizer, contra Puiggrós, que o sul dos EUA e da América Latina foram colonizados de maneira capitalista, mas sem dar origem a formas capitalistas, e que o norte dos EUA foi colonizado de maneira feudal (camponeses que buscavam terras e nada mais do que terras para se abastecerem), mas sem relações feudais.

A verdade é que não pode haver outra definição marxista para as colônias hispano-portuguesas e o sul dos EUA que não seja a produção capitalista especialmente organizada para o mercado mundial com relações de produção pré-capitalistas. Em oposição a esta região, podemos definir o norte do EUA como uma região colonizada por ondas de pequenos camponeses que não suportaram relações de produção pré-capitalistas e que, como consequência disso, se constituíram durante séculos num mercado interno em constante crescimento. O nordeste dos EUA herdou as vantagens do feudalismo europeu: pequena produção agrária, sem suas tremendas desvantagens: uma classe de latifundiários feudais, inevitáveis parasitas, na futura produção burguesa.

Marx já havia visto esta contradição e as diferenças nas colonizações. Em *História crítica da mais-valia*, compara, de passagem, os dois tipos de colonização, rebatendo, daí em diante, todos os Puiggrós. Disse-nos:

“Temos de distinguir dois tipos de colônias. No primeiro caso, tratam-se de verdadeiras colônias, como as dos EUA, Austrália, entre outros. Nestas, a massa de colonos dedicados à agricultura, ainda que tenha chegado da metrópole um capital mais ou menos grande, não constitui uma classe capitalista e, menos ainda, sua

produção é capitalista. São, em maior ou menor extensão, camponeses que trabalham para si, cuja preocupação primordial e fundamental é a de procurar se sustentar, produzir seus próprios meios de vida, razão pela qual seu produto fundamental não tem caráter de mercadoria, pois não se destina ao comércio. O excedente de sua produção, depois de suprir o seu próprio consumo, o vendem ou trocam por artigos manufaturados de importação entre outros. Outra parte dos colonos, mais reduzida, estabelecida na costa, nas margens dos rios navegáveis, cria cidades comerciais. No entanto, suas atividades podem qualificar-se, de algum modo, de produção capitalista. No segundo tipo de colônias, de grandes plantações, que são desde o momento do seu surgimento especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial, existe um regime de produção capitalista, ainda que só formalmente, visto que a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista. São, sem dúvidas, capitalistas os que manejam o negócio do comércio de negros escravizados. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se enxerta nele. Nesse caso, o capitalista e o latifundiário são uma só pessoa.” (História crítica da mais-valia, Tomo II, México, Fundo de Cultura Econômica, pp. 331 e ss.)

Um conquistador espanhol ou português é um primo-irmão do dono dos plantadores de erva mate do princípio do século [século 20] que popularizaram as lendas e novelas. De fato ou de direito, o trabalho dos trabalhadores rurais era quase escravo. Porém a produção destes donos de engenho era capitalista. A colonização da América espanhola segue, com verdadeira sanha, caminhos e objetivos comerciais. O que ele fez a este respeito foi enorme. A América espanhola foi a caldeira do desenvolvimento capitalista europeu. Quanto a isso, será necessário, algum dia, estudar se a técnica de exploração dos minerais trazida pelos espanhóis não foi a mais avançada de seu tempo, o que confirmaria, no que diz respeito às forças produtivas, seu caráter capitalista.

O importante é que esta produção capitalista originou, desde o começo da colonização, uma classe capitalista autóctone, independente dos comerciantes e da burocracia, os burgueses latifundiários. Todavia, não tem sido estudada a história da América Latina partindo desta caracterização de conjunto: a existência desde um princípio de uma classe burguesa local ligada à produção regional. Essa classe é semelhante à do sul dos EUA que deu origem a George Washington. Os historiadores liberais e seus imitadores marxistas ignoram a existência desta classe porque não era uma burguesia industrial e a classificam de latifundiários feudais quando, pelo contrário, é uma classe burguesa muito mais progressiva que a burguesia comercial compradora.

III.

(...)

IV.

A colonização da Argentina não difere do resto da América espanhola. É interessante, a este respeito, estudar a colonização portuguesa do Brasil.

Navarrete informa, em sua relação das viagens de Colombo, que teria encontrado, nas terras descobertas, madeira para tingir tecidos. Em 1501, os portugueses enviam uma expedição exploradora que retornou a Portugal com um carregamento desta madeira, denominada pau-brasil. O rei de Portugal se apressou em arrendar as novas terras descobertas a um negociante de Lisboa, Dom Fernando de Noronha. Não se conhece bem os termos do contrato, porém, por referências indiretas, Noronha se comprometia a mandar, anualmente, três embarcações ao Brasil (Terra de Santa Cruz), para explorar 300 léguas de costa e pagar um quinto do valor da madeira ao soberano. Este convênio é eminentemente capitalista.

Para não incomodar com outras referências, limitemo-nos a citar Roberto C. Simonsen. Em sua *História Econômica do Brasil*, manifesta:

“Não nos parece razoável que a quase totalidade dos historiadores pátrios acentuem, em demasia, o aspecto feudal das doações régias, chegando alguns a classificá-las como um retrocesso em relação às conquistas da época (...)

Desde um ponto de vista econômico, que não deixa de ser básico em qualquer empresa colonial, não me parece razoável a comparação deste sistema com o feudalismo.

Na economia feudal, não há lugar para o lucro, porque estão delimitadas as classes sociais, e as remunerações se tornam função da condição social de cada classe.

Por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos chegar à conclusão de que o regime das doações régias apresenta grande semelhança com a economia medieval. Em primeiro lugar, todos chegavam à nova terra em busca de fortuna; todos queriam melhorar sua situação econômica. Obter lucro era a causa primordial da chegada ao Brasil. Os mineiros, carpinteiros, mecânicos e demais artesãos procuravam lucrar para formar o seu próprio patrimônio. Quem quisesse embarcar poderia fazê-lo. Não havia limites. Pelo contrário, quanto maior o número, tanto melhor. Em boa parte, quem para aqui vinha o fazia com o ânimo de voltar enriquecido. Quem tivesse capital poderia tentar conseguir permissão para explorar a terra. Os donatários não eram mais do que exploradores em larga escala. As concessões dadas pelo rei a estes homens eram o meio de estimulá-los, facilitando sua empresa. No século seguinte, outras nações europeias adotaram processos semelhantes de colonização, utilizando, de preferência, a iniciativa privada mediante companhias colonizadoras privilegiadas.

Assim como hoje, se concede a certas empresas a isenção de impostos junto a uma alta tributação aos produtos estrangeiros que lhes fazem concorrência. Da mesma forma, usando estes procedimentos característicos capitalistas, o rei de Portugal concedeu uma série de favores àqueles que, com os seus capitais ou seus serviços, poderiam incrementar a colonização das terras descobertas.

Nossos historiadores não têm encarado o caso sob este aspecto. Quando se referem a um donatário, o consideram como se fosse um representante do regime feudal. Don Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de deslocamento do comércio de espécies de Veneza, é um autêntico capitalista. Seus vassalos não ficam para trás. Não fazem nenhuma conquista como os cavaleiros da Idade Média. Procuravam engrandecer o seu país, tratando de transformar Portugal numa potência. Conquistavam as Índias com o mesmo espírito com que, mais tarde, os ingleses vieram a construir o grande Império Britânico.

Os imensos poderes outorgados aos donatários tampouco significam feudalismo. Estes poderes ainda existem em nossos dias. O chefe de uma esquadra em alto mar, os comandantes dos exércitos, os governantes em situações excepcionais, dispõem ainda hoje de poderes quase tão grandes como os concedidos àqueles donatários. Estamos, pois, seguros de que nossas doações régias, deixando de lado o caráter hereditário das concessões, só são feudais nos termos, muitos deles ainda em uso. Pode-se alegar que, no que concerne as concessões, seu aspecto jurídico se assemelha às instituições feudais. Porém isto se observa também na atualidade. O regime de nossas minas se caracteriza porque o proprietário da mina não é mais que um concessionário que assim a trabalha, exercendo uma função social”.

Todos estes são alguns poucos exemplos que demonstram que, em nosso país, igual ao restante da América espanhola, existiu um capitalismo bárbaro, um sistema baseado na troca

de mercadorias e em estreita ligação com o mercado mundial. É, sem dúvida, um regime totalmente distinto do existente ao que está surgindo no norte da Europa, em especial na Inglaterra, Holanda, França. Porém não tem nada a ver com o regime feudal. É uma forma aberrante do desenvolvimento capitalista europeu.

NOTAS:

1. PUIGGRÓS, Rodolfo José. *Da colônia à revolução*. Editorial Lautraro, Argentina, 2ª ed., p. 16.
 2. *Ibid.*
 3. Proprietário de indígenas na América espanhola que terceirizavam a mão de obra destes. [Nota da tradutora]
 4. Nome de uma tribo indígena. [Nota da tradutora]
 5. Palavra em desuso. Designava o revestimento das botijas e vasilhames para transporte de bebidas, principalmente vinho e pisco. [Nota da revisora]
 6. Indígenas que trabalhavam em minas. [Nota da tradutora]
-